



**2021
PORTUGAL.EU**

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

1 de janeiro - 30 de junho 2021

Resultados e iniciativas no domínio dos Direitos Humanos

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Resultados e iniciativas no domínio dos Direitos Humanos

Índice

1.	Comunicação do Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos	4
2.	Introdução	6
3.	Resultados e iniciativas.....	7
i.	Direitos Humanos no centro das políticas da UE	7
ii.	Política Externa da UE e sistema multilateral de direitos humanos	9
iii.	Direitos Económicos, Sociais e Culturais.....	11
a.	Direito ao Trabalho Digno	12
b.	Direito à Saúde.....	15
c.	Direito à Habitação	18
d.	Direito à Educação	20
e.	Direitos Culturais.....	22
iv.	Direito à Não Discriminação	25
v.	Migrações e Asilo	26
vi.	Integração e Inclusão	27
vii.	Cooperação internacional em matéria de segurança, defesa e questões transnacionais	30
viii.	Pena de Morte	33
ix.	Direitos das Mulheres	34
x.	Direitos da Criança	40
xi.	Direitos dos Jovens	40
xii.	Direitos das Pessoas Idosas.....	42
xiii.	Direitos das Pessoas com Deficiência	42
xiv.	Direitos das Pessoas em Situação de Sem-abrigo.....	44
xv.	Direitos dos Adultos Vulneráveis	45
xvi.	Direitos das Pessoas LGBTI.....	46

1. Comunicação do Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos



Francisco André

*Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação*

Entre os dias 1 de janeiro e 30 de junho de 2021, Portugal assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia (PPUE), sob o mote “*Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital*”.

Foi a quarta vez que Portugal exerceu estas responsabilidades, mas também a primeira desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009. Uma Presidência atípica e complexa, em que os impactos da pandemia da COVID-19 se somaram aos demais desafios da agenda europeia e internacional, marcando o calendário das instituições europeias e as modalidades de trabalho.

A pressão da situação pandémica, na saúde, na economia e nas nossas sociedades, contribuiu para exacerbar desigualdades preexistentes e evidenciar situações de maior vulnerabilidade. Veio igualmente lembrar-nos da importância do multilateralismo, da cooperação e da solidariedade internacionais, bem como da centralidade dos direitos humanos nas respostas aos desafios comuns. Todos os Estados têm fragilidades na promoção e proteção dos direitos humanos e nenhum está imune a crises globais.

Não é assim de estranhar que a PPUE tenha colocado os direitos humanos no

centro das suas decisões e ações, com resultados bem tangíveis. A luta contra todas as formas de discriminação, prioridade do governo português, foi também prioridade europeia. A PPUE manteve os direitos das mulheres, das pessoas idosas, dos adultos vulneráveis, os direitos económicos, sociais e culturais, bem como outros temas, no topo da agenda europeia e da recuperação económica e social no contexto pós-pandemia da COVID-19.

A Cimeira Social e a aprovação do “Compromisso do Porto” assumem especial destaque neste contexto, pela ambição partilhada de transformar os princípios do Pilar Social Europeu em ações destinadas a enfrentar os desafios do presente e do futuro, construindo uma Europa social forte, sustentável e inclusiva, para que todos os cidadãos possam beneficiar da dupla transição verde e digital e viver com dignidade.

A PPUE terminou, mas o compromisso de Portugal relativamente à promoção, proteção e realização dos direitos humanos de todos continua e sai ainda mais reforçado. Dando cumprimento às opções políticas definidas no plano nacional e europeu, bem como no âmbito multilateral mais amplo, os direitos humanos continuarão a nortear as ações das diferentes áreas governativas, a fim de não deixar ninguém para trás.



Francisco André

2. Introdução

Portugal assumiu, entre os dias 1 de janeiro e 30 de junho de 2021, a Presidência do Conselho da União Europeia (PPUE), tendo definido como principais prioridades: i) promover uma recuperação europeia alavancada nas transições climática e digital, ii) concretizar o Pilar Social da UE como elemento para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva e iii) reformar a autonomia estratégica de uma UE aberta ao mundo.

Foram inúmeros os progressos realizados no quadro da PPUE. Este relatório refere-se aos resultados alcançados e iniciativas promovidas no domínio dos direitos humanos. É elaborado pela [Comissão Nacional para os Direitos Humanos \(CNDH\)](#) com base em contributos de diferentes áreas governativas, que foram sistematizados tendo presente o seu enfoque em determinados direitos humanos ou temas.

3. Resultados e iniciativas

i. Direitos Humanos no centro das políticas da UE

No âmbito da PPUE, diferentes áreas governativas trabalharam na prioridade de uma União mais justa e equitativa, contribuindo para a promoção e proteção dos direitos humanos de todos.

A [Cimeira Social do Porto](#), a 7 de maio, organizada com a participação da área governativa do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, visou dar impulso à implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do respetivo Plano de Ação proposto pela Comissão Europeia, bem como debater a agenda de política social europeia para a próxima década em torno de três domínios principais: i) trabalho e emprego; ii) competências e inovação; e iii) Estado social e proteção social. Esta Cimeira culminou com a assinatura do [Compromisso Social do Porto](#) pelos dirigentes políticos das instituições da UE, pelos parceiros sociais europeus, incluindo confederações de sindicatos e associações empresariais, e pelos representantes da sociedade civil a nível europeu. Trata-se do Compromisso mais abrangente e ambicioso assinado ao nível europeu nestas matérias.

No seguimento da publicação «*Estratégia para reforçar a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais na União Europeia*» da Comissão Europeia, a PPUE comprometeu-se a empenhar todos os esforços para iniciar a sua execução. Para esse efeito, propôs um projeto de Conclusões do Conselho, cuja discussão culminou na adoção, no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de março (formação Justiça), das [Conclusões do Conselho sobre o reforço da aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais na União Europeia](#). Estas Conclusões enaltecem o contributo substancial da Carta para a proteção dos direitos fundamentais no seio da União, reconhecendo, todavia, que são necessários mais esforços para garantir que se explora todo o seu potencial, para a tornar verdadeiramente eficaz na vida das pessoas e, por conseguinte, para promover uma forte cultura dos direitos humanos na União. Para esse efeito, apresenta uma série de

recomendações e sugestões de iniciativas referentes a prevenção e promoção, implementação da Carta, monitorização e acompanhamento, as quais são dirigidas às instituições, órgãos e organismos da União, bem como aos Estados-membros.

No que concerne à negociação da proposta apresentada pela Comissão Europeia em junho de 2020 de **revisão do Regulamento da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, a qual visava estender o escopo de atuação da Agência e alinhar o seu funcionamento com o de outras agências da União, foram envidados todos os esforços para a concluir. Através de contactos ao mais alto nível político, foi possível alcançar a unanimidade no seio do Conselho e adotar, no Conselho Justiça e Assuntos Internos de junho, a **Orientação Geral**. Nessa sequência, a tramitação do procedimento legislativo especial, aplicável nos termos do artigo 352.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, foi agilizada em tempo recorde, com a revisão expedita do texto da Orientação Geral do Conselho pelos juristas-linguistas e a aprovação da decisão formal de remessa ao Parlamento para consentimento no último Conselho durante a PPUE (Agricultura e Pescas, 28 e 29 de junho). Na sequência do consentimento do Parlamento Europeu, o procedimento encontra-se concluído.



Conselho de Justiça e Assuntos Internos, 6 de junho 2021

©2021portugal.eu

Em parceria com a Comissão Europeia, o Governo promoveu uma **Reunião Informal de Ministros responsáveis pela Administração Pública**, que decorreu no dia 22 de junho, no Centro Cultural de Belém (CCB), de forma híbrida. No decurso da reunião, foram adotadas Conclusões para uma **Administração Pública próxima, inovadora, participativa, aberta e transparente**”, foi também abordada a transformação digital na Administração Pública, enquadrada pelos valores das sociedades europeias. No quadro deste debate, Portugal disponibilizou um **Guia de Princípios para uma abordagem de Direitos Humanos nos Serviços Públicos**, tendo como linhas orientadoras a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os direitos sociais e fundamentais europeus.

ii. **Política Externa da UE e sistema multilateral de direitos humanos**

A UE tem ao seu dispor um conjunto de ferramentas em matéria de ação externa e direitos humanos, que lhe permite posicionar-se como um parceiro incontornável no sistema multilateral. No quadro da PPUE, contribui-se para uma UE ativa e unida nestas matérias que, num contexto de (pós) pandemia e nas suas relações bilaterais e multilaterais, mantém os direitos humanos no centro das suas decisões, políticas e programas.

A 22 de fevereiro foram adotadas as **Conclusões do Conselho sobre as Prioridades da UE para os fora de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2021**, que reafirmam o compromisso da UE em relação ao respeito, proteção e realização dos direitos humanos, democracia e Estado de direito, bem como em manter-se unida no apoio ao sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

Na mesma data foram ainda adotadas as **Conclusões do Conselho sobre uma recuperação pós-COVID-19 baseada nos direitos humanos**, nas quais se reconhece o impacto negativo da pandemia na realização dos direitos humanos, democracia e Estado de direito, incluindo a redução do espaço de participação cívica. Alerta-se ainda para o agravamento das desigualdades previamente existentes e das situações de vulnerabilidade. Tendo presente este contexto, a UE reafirmou nestas últimas

conclusões a importância de uma resposta socioeconómica que mantenha os direitos humanos no seu centro, permitindo uma melhor e mais sustentável recuperação.

Realizou-se nos dias 17 e 18 de junho, em Lisboa, no Museu do Aljube, a **Reunião Informal do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos (COHOM)**. A reunião, que juntou diretores de direitos humanos dos Estados-membros da UE debruçou-se sobre os seguintes temas: i) parcerias estratégicas e *outreach*, ii) direitos humanos e ambiente; e iii) métodos de trabalho. A reunião contou com a intervenção do Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Ambiente, David R. Boyd, bem como de Catarina de Albuquerque, a primeira Relatora Especial das Nações Unidas para os direitos humanos à água e ao saneamento e atualmente Presidente Executiva da parceria global *Sanitation and Water for All*.

A área governativa da Justiça dedicou-se ao dossier da **Adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos**, tanto na sua vertente externa como interna. Em primeiro lugar, e atendendo ao papel do FREMP (Grupo dos Direitos Fundamentais, dos Direitos dos Cidadãos e da Livre Circulação de Pessoas) enquanto comité especial em consulta com o qual a Comissão deve conduzir as negociações, agendou-se a preparação e acompanhamento das rondas de negociação no seio do grupo do Conselho da Europa «CDDH 47+1» que tiveram lugar durante o primeiro semestre de 2021. Em segundo lugar, seguindo a posição firmada pelo Conselho segundo a qual a discussão acerca das regras internas que regularão as relações entre a União e os Estados-membros no contexto pós-adesão deve ser realizada em paralelo com a negociação na vertente externa, tomou-se igualmente a iniciativa de retomar o trabalho iniciado no final de 2019, após a longa pausa que se sucedeu à prolação do Parecer 2/13 do Tribunal de Justiça. Imprimiu-se, assim, um novo ímpeto a esta discussão nos grupos de trabalho relevantes.

A **Reunião Ministerial UE-EUA em matéria de Justiça e Assuntos Internos** (Lisboa, 22

de junho) constituiu a primeira reunião de alto nível político na área da Justiça e Assuntos Internos com a Administração Biden, representada pelo Secretário de Estado para a Segurança Interna, Alejandro Mayorkas, e a primeira reunião presencial para promover o diálogo transatlântico desde dezembro de 2019. A matéria dos direitos humanos esteve no centro do encontro, tendo ambas as partes sublinhado a importância da cooperação transatlântica para a proteção dos valores e princípios como o respeito pelo Estado de Direito e pela dignidade humana. Neste plano, merece destaque a apresentação da estratégia americana de combate ao extremismo violento e para a intervenção da Comissária Europeia responsável pelos Assuntos Internos, Ylva Johansson, que deu nota das principais medidas de combate ao discurso de ódio, racismo e xenofobia, recentemente adotadas pela UE.

iii. Direitos Económicos, Sociais e Culturais

Desde os anos 80 que Portugal tem assumido um papel de liderança na promoção, proteção e realização dos direitos económicos, sociais e culturais, destacando-se, entre outras iniciativas, a apresentação de resoluções sobre estes direitos na Comissão para os Direitos Humanos das Nações Unidas (e posteriormente em sede de Conselho de Direitos Humanos) ou apresentação da proposta de criação do primeiro procedimento especial nesta matéria, o mandato do Relator Especial para o Direito à Educação. De referir, ainda, o papel ativo de Portugal na criação de um grupo de trabalho intergovernamental para a discussão do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que foi adotado em 2008, no 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – criando a possibilidade de apresentação de queixas individuais e procura de justiça e reparação por violações de direitos económicos, sociais e culturais. Não é, portanto, de estranhar o grande enfoque atribuído ao longo da PPUE aos direitos económicos, sociais e culturais. Nesta secção do relatório apresentam-se os resultados e iniciativas em matéria de direito ao trabalho, à habitação, à educação e direitos culturais.

A pandemia da COVID-19 exacerbou desigualdades estruturais, entre e dentro de países, agravando situações de pobreza e exclusão e revertendo avanços na realização dos direitos económicos, sociais e culturais, com especial impacto nas pessoas em situações de vulnerabilidade. Para refletir sobre a importância e o contributo dos direitos económicos, sociais e culturais na dinâmica de retoma pós-pandemia, a CNDH promoveu a 2 de maio um *webinar* intitulado "a Importância dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais - a caminho da Cimeira Social". O seminário foi apresentado por Francisco André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, tendo como oradores a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, Virgínia Brás Gomes, Conselheira Sénior de Política Social e anterior membro e Presidente do Comité para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, entre outros. A sessão foi encerrada por Gabriel Bastos, Secretário de Estado da Segurança Social.

a. Direito ao Trabalho Digno

A [Conferência de Alto-Nível sobre o Futuro do Trabalho: “Trabalho Remoto: Desafios, Riscos e Oportunidades”](#), realizada a 9 de março, procurou discutir as alterações no mercado de trabalho, nomeadamente o trabalho remoto, uma das consequências mais visíveis da pandemia da COVID-19. O evento promoveu uma ampla discussão sobre as muitas vantagens do trabalho remoto mas, igualmente, sobre os desafios e riscos associados para a saúde e segurança no trabalho; o tempo de trabalho e a necessidade de conciliação da vida profissional e pessoal dos trabalhadores; a necessidade de se garantir o direito à privacidade; o direito à desconexão; o acesso dos trabalhadores à proteção social, bem como o direito à negociação coletiva. Esta iniciativa contou com a participação do Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, e do Comissário Europeu do Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, dos Ministros responsáveis pela área governativa do Trabalho da Alemanha, Espanha e Eslovénia, entre outros oradores da Comissão Europeia, do Conselho Económico e Social Europeu e das Confederações de empregadores e trabalhadores a nível europeu. Presidiu a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

A Conferência “O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, realizada a 29 de março, teve por objetivos discutir a construção do Plano de Ação Europeu para a Economia Social e o papel da Economia Social na criação de emprego. Durante 2021 Portugal assume a Presidência do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo e, neste contexto, foi ainda apresentada durante o evento a Rede de Cidades Portuguesas, composta por cinco cidades – Braga, Cascais, Coimbra, Sintra e Torres Vedras. A Rede foi nomeada a Capital Europeia da Economia Social de 2021. Este encontro de alto nível contou com a participação do Comissário Europeu para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, da Secretária de Estado do Trabalho, Família, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da Eslovénia, Mateja Ribič, e da Ministra do Trabalho e Economia Social de Espanha, Yolanda Díaz. A Conferência contou ainda com intervenções da OCDE, OIT, entre outras entidades internacionais e foi presidida pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

As Conclusões do Conselho sobre a recuperação, a resiliência e a sustentabilidade dos setores culturais e criativos foram adotadas pelo Conselho a 18 de maio de 2021. Estas conclusões têm como objetivo macro preparar os profissionais do Setor Cultural e Criativo para o impacto pandémico e delinear algumas recomendações para os Estados-membros da UE, bem como para as instituições europeias. Assim, pretende-se, entre outros, promover um mercado com condições mais dignas e sustentáveis para os profissionais dos setores culturais e criativos, proporcionar uma maior capacitação profissional e digital e reforçar a mobilidade e cooperação. Deve ser, igualmente, estimulada a participação cultural ativa e a igualdade de acesso à cultura a todos os grupos sociais, incluindo os mais vulneráveis, promovendo a equidade e prestando especial atenção à situação das mulheres artistas e das profissionais de cultura. As necessidades das comunidades locais, como fonte de orientações para o estabelecimento de prioridades em matérias de políticas devem ser, também, tidas em conta.

No âmbito da área governativa do Mar, foram adotadas a 26 de maio, as [Conclusões do Conselho sobre uma economia azul sustentável](#) que assentam em quatro pilares: oceanos saudáveis, conhecimento, prosperidade e equidade social. O quarto pilar, para uma economia azul sustentável que seja socialmente justa, equitativa e inclusiva, destaca a importância de promover a distribuição adequada da riqueza dos oceanos e de assegurar condições de trabalho justas e dignas, assim como a igualdade de oportunidades para todos, mencionando o direito de todos os homens e todas as mulheres que trabalhem nos setores da economia azul a prosseguir as suas atividades e a ter meios de subsistência dignos. Sublinha as dificuldades relacionadas com as mudanças de tripulação e o repatriamento com que se deparam os marítimos da UE e de países terceiros devido à pandemia da COVID-19, integra questões como a segurança e saúde no trabalho durante a realização de atividades nos setores marinho e marítimo, e como a igualdade de género e o empoderamento das mulheres nas atividades marítimas, bem como a importância da participação das gerações jovens.

A PPUE alcançou um acordo político entre o [Conselho e o Parlamento Europeu sobre a reforma da Política Agrícola Comum \(PAC\)](#) para o período 2023-2027, na sequência dos trilogos de 24 e 25 de junho, confirmado pelos ministros da Agricultura da UE no Conselho de dia 28 de junho, no Luxemburgo.

No âmbito desse acordo, o Regulamento dos Planos Estratégicos (PEPAC) foi estruturado tendo por base as dimensões económica, ambiental e social. Na sua vertente social, destacam-se as seguintes orientações que devem pautar as medidas de apoio a desenvolver pelos Estados-membros no próximo quadro financeiro, com impacto no fomento do emprego nas zonas rurais, na integração e inclusão social, no apoio aos jovens e no reforço do papel das mulheres na economia rural:

- a) O mecanismo de condicionalidade social, que visa assegurar um conjunto de direitos aos trabalhadores agrícolas, como condição de atribuição de apoios às empresas;

- b) O reforço das taxas máximas de apoio ao investimento nas explorações dos jovens agricultores e nas pequenas explorações agrícolas;
- c) O reforço dos apoios ao rendimento dos pequenos agricultores, por forma a atenuar os riscos de pobreza nas zonas rurais;
- d) A igualdade de género enquanto princípio orientador da preparação, implementação e avaliação das medidas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural;
- e) A criação de medidas de apoio à transferência de conhecimento, à inovação e à digitalização na agricultura e nas zonas rurais.

As [Conclusões do Conselho sobre o Teletrabalho](#), adotadas a 14 de junho, sublinham que o recente aumento do teletrabalho torna necessário ter em consideração o seu potencial, mas igualmente os seus limites e riscos. Apela aos Estados-membros que considerem, nomeadamente: i) o estabelecimento de planos de ação ou estratégias nacionais que abordem as oportunidades e riscos relacionados com o teletrabalho, levando em consideração a perspetiva de género, ou incluindo este tema nas estratégias existentes ou futuras; ii) alteração das políticas que regulam o teletrabalho ou emitem orientações, por exemplo, no respeitante à organização e monitorização do tempo de trabalho, riscos relacionados com a igualdade entre mulheres e homens e subsídios para cobrir os custos do teletrabalho, quando aplicável; e iii) estabelecimento ou reforço das iniciativas para fiscalização do trabalho e da segurança e saúde no trabalho face aos riscos decorrentes do teletrabalho. O Conselho exortou ainda a Comissão a analisar o contexto e as implicações do teletrabalho na UE e em que medida a legislação social e laboral em vigor na União garante condições de trabalho dignas para os teletrabalhadores.

b. Direito à Saúde

Na área da saúde existiu um intenso trabalho ao nível político e técnico, destacando-se dois temas transversais que estiveram no centro da agenda da saúde na UE : a resposta coordenada à pandemia da COVID-19 e o quadro de cooperação em saúde pública

através do reforço da UE da Saúde. Neste âmbito, foi adotado, durante a PPUE, o programa europeu "EU4Health", que consiste num instrumento estratégico e financeiro de apoio à preparação e resposta a grandes ameaças sanitárias transfronteiriças e visa também o reforço da resiliência dos sistemas nacionais de saúde. Este programa contém múltiplas ações, e prevê também o financiamento a atividades de promoção da saúde e prevenção de doença, enquanto elementos fulcrais da concretização do direito à saúde, nomeadamente, através do acesso ao mais elevado padrão de saúde física e mental. Ainda no âmbito da União Europeia da Saúde, a PPUE alcançou consenso no Conselho da UE, tendo em vista o reforço do papel da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) em matéria de preparação e gestão de crises, bem como do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e, ainda, a revisão da legislação europeia em matéria de ameaças transfronteiriças graves para a saúde, tendo em vista a monitorização e mitigação da potencial e efetiva escassez de medicamentos e dispositivos médicos.

Destaca-se ainda a organização de uma [Conferência sobre o Acesso a Medicamentos e Dispositivos Médicos](#), em abril, em Lisboa, em formato virtual. Esta Conferência dos "3 A's" (*Availability, Accessibility and Affordability*) contou com mais de 1000 participantes, tendo sido apresentadas as metas e prioridades da PPUE no combate às desigualdades no acesso ao medicamento, promovendo a criação de condições de sustentabilidade dos sistemas de saúde e assegurando a todas as pessoas o acesso justo e adequado a produtos essenciais de saúde para concretizar o direito à saúde. Esta temática foi reforçada com a aprovação das [Conclusões do Conselho sobre o acesso a medicamentos e dispositivos médicos, para uma UE mais forte e resiliente](#), e com o realce da relevância da [Estratégia Farmacêutica Europeia](#), que visa promover o acesso a medicamentos inovadores e pouco dispendiosos na UE.

No domínio da saúde global, a PPUE centrou-se em áreas de convergência e numa perspetiva de ganhos em saúde, com vista a responder aos desafios da resistência aos

agentes antimicrobianos e das doenças transmitidas por vetores. Neste sentido, foi promovida, em março, a [Conferência de Alto Nível sobre o reforço do papel da UE no contexto da saúde global](#). A Conferência teve como foco o reforço do papel da UE na Saúde Global, em particular na dimensão diplomática em especial articulação com a Agenda UE-África. Adicionalmente, abordou a importância da liderança no alcance do desígnio da cobertura universal de saúde e o impacto das alterações climáticas na saúde das populações. Foi ainda produzido um [Relatório](#) sobre o trabalho conduzido pela PPUE, que inclui os resultados obtidos pela UE no domínio da saúde global, com o intuito de informar as próximas presidências do Conselho da UE e prestar apoio à definição dos próximos passos no desenvolvimento de mecanismos para reforçar a abordagem coordenada da UE.

A PPUE contribuiu para a transformação digital do setor da saúde, incluindo através da telessaúde e da telemedicina, tendo em vista melhorar a qualidade dos cuidados de saúde e reduzir a desigualdade no acesso à saúde. Organizou-se, ainda, em junho, em Lisboa, uma [Conferência de Alto Nível sobre Saúde Digital](#) (*“Portugal eHealth Summit”*), que foi o maior evento de inovação e transformação digital em saúde realizado no país. Integrando a aposta na transformação digital dos serviços da Administração Pública, o *“Portugal eHealth Summit”* assumiu o compromisso de contribuir para a promoção de um maior uso das tecnologias de informação, bem como apostar na formação e valorização dos profissionais da área da saúde.

Por fim, na área da obesidade, a Presidência lançou o [“Lisbon Call to Action - Para proteger as crianças dos ambientes alimentares obesogénicos”](#). Esta iniciativa, que surge depois de uma Conferência organizada em conjunto com a Organização Mundial de Saúde (OMS) para a região europeia, visa incentivar diversos atores e parceiros a desenvolver ações para proteger as crianças de ambientes digitais que promovem a obesidade, ao mesmo tempo que pretende potenciar as oportunidades que a digitalização pode trazer para melhorar o acesso a uma alimentação saudável e reduzir

as desigualdades e vulnerabilidades que uma saúde precária acarreta junto das populações mais jovens.

c. Direito à Habitação

Realizou-se a 26 de março a Sessão de Apresentação do relatório “O estado da habitação na Europa 2021”, da Rede Europeia *Housing Europe*, cujas conclusões e propostas se encontram alinhadas com os objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Na intervenção que proferiu nessa ocasião, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, considerou que a pandemia da COVID-19 revelou as fragilidades e vulnerabilidades dos sistemas de habitação, mostrando que *“nem todos dispõem das mesmas condições de habitabilidade para garantir a sua segurança e bem-estar”* e assinalando, nessa perspetiva, a importância de desenvolver políticas de reforço da oferta pública de habitação a preços acessíveis.

“A habitação, o acesso de todos a um alojamento digno, tem de voltar a ser considerado um direito social tão elementar e universal como o direito à saúde e à educação.”

Pedro Nuno Santos, Ministro das Infraestruturas e da Habitação

A Conferência Rumo a uma abordagem europeia à política de habitação, organizada pela área governativa das Infraestruturas e Habitação e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), decorreu a 25 de maio no CCB, com transmissão online. Foi uma oportunidade para debater o impacto da pandemia da COVID-19 na habitação e para olhar para o futuro das políticas europeias de habitação.



Nesta Conferência, onde participaram vários *stakeholders*, a Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves, salientou que *"É tempo de redefinir o papel da UE na abordagem ao direito à habitação, aproveitando a importância que os Estados-membros atribuem hoje à garantia de habitação para todos e construção de políticas para todos no mercado habitacional."*, referindo ainda que *"é (...) importante uma convergência europeia que garanta a transformação de uma visão minimalista de Estado a problemas muito isolados, centrado nas situações de maior pobreza, para uma visão de acesso universal a uma habitação adequada."*

Por seu lado, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, referiu-se à crise habitacional que atravessa a generalidade dos países europeus, exposta e agravada pela pandemia, resultante de um défice de intervenção do Estado, *«tanto em termos de promoção direta, como de regulação»*, e demonstrativa de que *«o mercado, por si só, não consegue assegurar o direito de todos a uma habitação digna»*, nem a *«redução das desigualdades de acesso ao alojamento»*.

Neste sentido, o Ministro defendeu a necessidade de uma resposta europeia quanto à questão da habitação, que caracterizou como um direito social tão elementar e universal como o direito à saúde e à educação.



© Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021

"O direito à habitação deve ser um veículo para a promoção do Estado Social e deve ser promotor de igualdade de oportunidades (...)"

Marina Gonçalves, Secretária de Estado da Habitação

d. Direito à Educação

Durante os seis meses da PPUE, o Ministério da Educação concentrou os seus esforços nos pilares fundamentais do modelo social europeu, em particular, na aprendizagem ao longo da vida, nas qualificações e no reconhecimento de competências, na inovação pedagógica, na inclusão e na cidadania. Neste sentido, o destaque foi dado ao estabelecimento do Espaço Europeu da Educação (EEA) até 2025, à construção de um quadro estratégico de cooperação europeia em matéria de educação e formação, bem como às iniciativas no âmbito da nova Agenda de Competências para a Europa e do novo Plano de Ação para a Educação Digital.

No domínio da educação, a equidade e o sucesso educacional para todos, com o direito a uma educação e formação inclusiva e de qualidade, bem como à aprendizagem ao longo da vida, foram os grandes temas debatidos e alvo de compromissos entre os Estados-membros. Sob o objetivo final de sucesso educacional para todos, procurou-se respeitar e promover todas as fases da vida, desde a primeira infância até à uma idade avançada, e em todos os tipos e níveis de educação e formação. Pretendeu-se desenhar

uma construção de uma UE mais forte, mais coesa e social, baseada no conhecimento, que crie prosperidade económica, proporcione um sentimento de bem-estar nos cidadãos europeus e forneça uma rede de segurança contra a exclusão social.

A 22 de janeiro realizou-se a **Reunião Informal dos Ministros da Educação** em formato de videoconferência. O principal ponto da agenda foi o debate sobre o tema “*Rumo à Cimeira Social do Porto - O contributo da Educação e Formação*” que se realizou no dia 7 de maio no Porto. Pensar na dimensão social da UE implica atribuir grande importância à dimensão educativa, formativa, inclusiva e equitativa dos sistemas que formam e preparam os cidadãos.

Da Reunião do Conselho de Educação em formato de vídeo conferência, que ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2021, alcançou-se a adoção da **Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação para o Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030)**, e foi conduzido um debate de orientação política sobre equidade, inclusão e sucesso educacional para todos, sendo que este serviu de base para as conclusões do Conselho apresentadas para adoção no Conselho de maio.

Nos dias 22 e 23 de março, decorreu a **Reunião do Grupo de trabalho dos Diretores-Gerais do Ensino Escolar** (DGSchools), em torno do tema Inclusão e Equidade, durante a qual foram apresentadas reflexões, atividades e projetos que giram em torno dessa temática, com a presença de várias personalidades nacionais (nomeadamente do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, da Subdiretora-Geral da Educação, do Professor Doutor António Nóvoa, como oradores), bem como de representantes de outros Estados-membros e da Comissão Europeia. Durante as sessões plenárias houve lugar ao debate sobre a publicação de duas Recomendações do Conselho, a serem adotadas durante a Presidência Eslovena, uma sobre a aprendizagem à distância e outra sobre o sucesso escolar, constituindo a primeira uma iniciativa acelerada pelas

circunstâncias decorrentes da pandemia da COVID-19, e a segunda, também acentuada recentemente, ainda que previamente planeada.

A 19 de abril, decorreu a **Conferência sobre Equidade e Inclusão na Educação: desafios e perspetivas**, que contou com várias comunicações e algumas mesas-redondas, que incluíram alunos, diretores e representantes do Ministério da Educação, para discutir a democracia na educação, desenvolver escolas equitativas e inclusivas e implementar reformas para uma Europa mais cooperante para melhor enfrentar os desafios do futuro.

A 17 e 18 de maio de 2021, em Bruxelas, decorreu a **Reunião do Conselho de Educação, Juventude, Cultura e Desporto**, onde foram debatidos temas que pretendem favorecer o reequilíbrio e a consolidação das sociedades, numa ótica de mais e melhores oportunidades e de política de coesão pós-pandemia, nomeadamente a equidade, a inclusão e o sucesso para todos, concretizando-se na adoção das **Conclusões do Conselho sobre a equidade e a inclusão na educação e formação a fim de promover o sucesso educativo para todos**.

A 24 de maio, realizou-se o **Evento de Alto Nível sobre Educação Digital**, em torno de três grandes temas: a educação digital como componente central de inovação dos sistemas de educação e formação; a educação digital como força motriz da inclusão, equidade e sucesso para todos; e a educação digital como um passo em frente na promoção de direitos de cidadania ao longo da vida.

e. Direitos Culturais

No âmbito da PPUE, a área governativa da Cultura¹ estabeleceu como principais prioridades, na sequência dos desígnios nacionais para este exercício, a relação entre cultura, coesão e impacto social, a recuperação e resiliência dos setores culturais e

¹ Relatório "*Shaping Desirable Futures Through Culture*", integra uma síntese das diversas participações, uma descrição das melhores práticas e uma súmula das principais conferências realizadas no âmbito da PPUE, nas áreas da Cultura e do Audiovisual/Media: <https://ppue.gepac.gov.pt/ppue>

criativos e de financiamento alternativo para a salvaguarda do património cultural. Nesta sequência, foram igualmente debatidas as áreas ambientais e digitais essenciais na sua interligação com a cultura, bem como o contributo desta como ferramenta essencial à recuperação das sociedades e economias europeias, nomeadamente na promoção de democracias mais saudáveis, inclusivas e prósperas.

Realizou-se nos dias 27 e 28 de abril, em formato híbrido (Porto Santo, Madeira), a **Conferência «Da Democratização à Democracia Cultural - reinventar instituições e processos»**. Esta iniciativa reuniu os responsáveis da Cultura dos 27 Estados-membros da UE, de entidades homólogas ao Plano Nacional das Artes, com o intuito de discutir e refletir sobre políticas públicas que potenciem a democracia cultural, a participação e o compromisso cultural das instituições e organizações nas áreas das Artes e da Educação. Durante os dois dias foram debatidas várias temáticas no âmbito dos direitos humanos como o direito ao acesso e à plena participação na vida cultural, o papel da cultura na saúde da democracia, cultura e coesão territorial, direito à fruição cultural de grupos excluídos e pluralidade na produção cultural, como também o empoderamento dos cidadãos como sujeitos culturais ativos.

A Conferência contou com o contributo do Comissário para o Plano Nacional das Artes, Paulo Pires do Vale, do Presidente da Câmara de Porto Santo, José Idalino Vasconcelos, do Secretário Regional para o Turismo e Cultura Eduardo Jesus, a Chefe de Gabinete da Comissária Europeia Mariya Gabriel - Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Adrienn Kialy, do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e da Ministra da Cultura, Graça Fonseca.

No âmbito da conferência, foi adotada a **Carta de Porto Santo**, mapa orientador de princípios e de recomendações, dirigida a decisores políticos europeus, de todos os níveis de governação, às organizações e instituições culturais e educativas, e aos cidadãos europeus. Este documento visa ser um instrumento de referência para o desenvolvimento de políticas públicas e atividades de promoção dos valores europeus

da cidadania (como a inclusão social e a liberdade) e fomentar a democracia cultural.

Na área governativa da Cultura, de destacar ainda a [Conferência da Presidência «Cultura, Coesão e Impacto Social»](#) que se realizou a 5 e 6 de maio, na Fundação Serralves, no Porto, em formato híbrido. Esta Conferência abordou o papel da cultura em diversas questões sociais, de modo a guiar as futuras políticas públicas culturais a centrarem-se no bem-estar das pessoas, na sustentabilidade ambiental, na coesão territorial e na diversidade cultural. No âmbito da discussão sobre cultura, saúde mental e bem-estar, foi referida a importância de se continuar a defender a natureza interdependente e interrelacionada de todos os direitos humanos, tendo sido sublinhada a estreita ligação entre o direito à saúde mental e os direitos culturais. O direito à participação, o proveito da cultura é fundamental para a identidade de uma pessoa. Teve igualmente lugar um importante debate sobre o tema cultura e igualdade de género, que salientou o grande potencial na promoção da diversidade, inclusão e liberdade identitária, com destaque para as mulheres artistas.

No que concerne ao setor cultural e criativo, conclui-se que as desigualdades se tornam mais evidentes e até exacerbadas, quando concorrem fatores sociais sobrepostos, tais como etnia, idade, deficiência ou orientação sexual. O direito de participar livremente na cultura e de desfrutar das artes está consagrado no artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Conferência contou com o contributo da Comissária Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel, da Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, do Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, do Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, Nuno Artur Silva, e da Ministra da Cultura, Graça Fonseca.

iv. **Direito à Não Discriminação**

Realizou-se a 19 de março a primeira **Cimeira Europeia contra o Racismo**, organizada pela Comissão Europeia e sob os auspícios da PPUE e do Intergrupo do Parlamento Europeu sobre Antirracismo e Diversidade (ARDI). A Cimeira, que contou com a presença da Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, foi um marco importante para a implementação do **Plano de Ação Antirracismo** (2020-2025) lançado pela Comissão Europeia em setembro de 2020. Um dos principais pontos de ação do plano é o objetivo de cada Estado-membro da UE desenvolver um plano de ação nacional sobre esta matéria, tendo Portugal avançado neste sentido, colocando, a 9 de abril de 2021, em consulta pública, o **primeiro plano nacional de combate ao racismo e a discriminação 2021-2025**, o qual veio a ser aprovado através da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho**.

Em sede do **Grupo de Trabalho COHOM**, sobre Direitos Humanos e Relações Externas da UE, e com base num documento preparado pela PPUE, decorreu uma discussão entre os Estados-membros sobre o reforço de sinergias entre os esforços internos e a ação externa da UE em matéria de proteção contra a discriminação racial.

Realizou-se a 20 de abril a **Conferência de Alto Nível sobre Proteção contra a Discriminação Racial e Intolerância Conexa** dedicada, em particular, às questões associadas ao antisemitismo, anticiganismo e xenofobia. A Conferência, coorganizada com o *Programa Nunca Esquecer* contou com intervenções da Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas, da Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco André, e da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, entre vários outros oradores e peritos.



© Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021

"A discriminação racial, incluindo a intolerância conexas, é uma violação de direitos humanos. é uma afronta à dignidade humana. Não existe argumento de superioridade biológica, cultural ou de natureza política que a justifique."

Francisco André, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

v. Migrações e Asilo

No âmbito das suas atribuições, o Ministério da Administração Interna (MAI) procurou desenvolver esforços para reforçar a resiliência das nossas sociedades, materializar uma abordagem humanista e holística à migração e progredir na promoção de uma Europa segura, com enfoque na prevenção e na proteção, defendendo e promovendo os valores fundamentais da União.

Decorreu a 11 de maio, no CCB e em formato híbrido, a [Conferência Ministerial sobre a Gestão dos Fluxos Migratórios](#) uma das principais iniciativas da PPUE na área das migrações. Juntou os ministros da área dos assuntos internos dos Estados-membros da UE e os ministros e representantes da Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Níger, Senegal e Tunísia. Esta iniciativa procurou lançar as bases para uma cooperação abrangente com vista a promover mecanismos de migração legal, reforçar o combate às redes criminosas de tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes, focando igualmente a cooperação para o

desenvolvimento em resposta aos desafios das causas remotas da migração irregular. A iniciativa contou com a participação do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas, da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, e da Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais, Amira Elfadil. Associaram-se a este encontro representantes do processo de Cartum, da FRONTEX, EASO, bem como do ACNUR, da OIM e do ICMPD.

Por seu lado, a [Reunião de Altos Funcionários UE- Balcãs Ocidentais no domínio da Justiça e Assuntos Internos](#), que decorreu por videoconferência no dia 17 de maio, no domínio dos Assuntos Internos e da Justiça, focou-se na gestão migratória, asilo, condições de receção dos migrantes, regressos (capítulo no qual os parceiros solicitaram o reforço do apoio da UE) e na prevenção e investigação da exploração de crianças online e offline, encarado como um desafio comum, relativamente ao qual foi reiterada a vontade de estreitar a cooperação, nomeadamente, através da rede de peritos para o cibercrime, a ser desenvolvida. Na referida Reunião foi ainda enaltecida a cooperação dos Estados dos Balcãs Ocidentais com a Rede EUROJUST, tendo a entrada em funções da Procuradoria Europeia agendada para 1 de junho suscitado alguma curiosidade.

vi. Integração e Inclusão

A integração de populações migrantes e portuguesas ciganas constitui uma matéria de direitos humanos. A promoção e proteção dos direitos humanos de todos os indivíduos, independentemente das suas características particulares, é uma obrigação legal do Estado.

A igualdade, inclusão e participação das pessoas ciganas foi uma prioridade durante a PPUE no quadro da área governativa da Presidência – Integração e Migrações. Portugal dirigiu a negociação, em sede de Grupo de Trabalho das Questões Sociais, da [Recomendação do Conselho](#) sobre este quadro estratégico, apresentada no final de 2020. A recomendação foi aprovada em março de 2021, devendo salientar-se a celeridade com que se alcançou o acordo entre todos os Estados-membros. Ainda sobre esta matéria, de destacar a organização da [Conferência “Working Together for Roma](#)

Rights” que teve como principal objetivo assinalar a adoção, pelos Estados-membros, da *Recomendação do Conselho relativa à Igualdade, Inclusão e Participação das Populações Ciganas* e promover a reflexão sobre a melhoria das condições de vida e de participação das populações ciganas na UE, reunindo decisores políticos nacionais e locais, deputados do Parlamento Europeu, representantes das populações ciganas, académicos e organizações da sociedade civil. A sessão contou também com as intervenções da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, e da Comissária Europeia para a Igualdade, Helena Dalli.



Fonte: Página ACM

Destacam-se ainda os seguintes resultados: a adoção da Recomendação do Conselho relativa à igualdade, inclusão e participação das populações ciganas, que incide na melhoria das condições de vida e de participação das populações ciganas; a reativação da subformação dedicada à integração do Grupo de Trabalho Integração, Migração e Expulsão nas instâncias preparatórias do Conselho, tendo a Presidência eslovena informado que pretende prosseguir este trabalho; e, após a experiência da Presidência alemã, Portugal decidiu prosseguir com a organização da Reunião Informal Ministerial sobre Políticas de Integração, fomentando o debate ministerial na agenda política europeia.

No âmbito das políticas de integração e a nível técnico, a PPUE reativou a subformação

dedicada às questões da integração, que já não se reunia há quatro anos. Ocorreram também 2 reuniões do **Grupo de Trabalho Integração, Migração e Expulsão** na sua formação Integração, cujas discussões se centraram em domínios estruturais das políticas de integração, como o mercado de trabalho e a empregabilidade, havendo ainda lugar para trocas de pontos de vista sobre o Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão (2021-2027), a aplicação de fundos europeus em ações de integração e o futuro destas políticas na UE.



Fonte: Página ACM

Foi ainda dinamizada a **Rede Europeia de Integração**, reunindo representantes das autoridades nacionais para discutir o impacto da pandemia nas pessoas migrantes e o seu contributo para a recuperação económica. Contou com a presença da Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson.



Fonte: Página ACM

Realizou-se também o **Diálogo Informal sobre Políticas de Integração**, a nível ministerial, promovido pela Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva. O encontro proporcionou um momento de discussão aberta sobre medidas de mitigação do impacto da COVID-19 nas pessoas migrantes, implementadas pelos Estados-membros, bem como as medidas de recuperação e o uso de fundos europeus para melhorar os mecanismos de integração laboral. Teve ainda lugar um Fórum Político, que contou com a participação de parceiros económicos e sociais europeus, bem como do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas, e da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson.



Fonte: Página ACM

vii. **Cooperação internacional em matéria de segurança, defesa e questões transnacionais**

O Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, apontou a **Missão de formação militar da União Europeia em Moçambique (EUTM Moçambique)**, como um dos destaques da PPUE em matéria de Defesa, formalizada a 12 de julho de 2021. A missão

tem por objetivo formar e apoiar as forças armadas moçambicanas na proteção da população civil e no restabelecimento da segurança na província de Cabo Delgado, que tem vindo a deteriorar-se de forma contínua e grave desde 2017, em resposta ao pedido das autoridades moçambicanas no sentido de reforçar o empenhamento da UE nos domínios da paz e da segurança. Na sua carta datada de 3 de junho de 2021, o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, congratulou-se com o envio para o país de uma missão não executiva de formação militar no âmbito da política comum de segurança e defesa (PCSD) da UE. A nova missão PCSD é um dos instrumentos da abordagem integrada da UE para a crise na região de Cabo Delgado, em conjugação com o apoio à consolidação da paz, prevenção de conflitos e diálogo, ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento e, ainda, à promoção da agenda Mulheres, Paz e Segurança.

A missão foi aprovada com um mandato inicial de dois anos, com o objetivo estratégico de apoiar a criação de capacidades das unidades das forças armadas moçambicanas que farão parte de uma futura força de reação rápida. Em especial, a missão prestará formação militar, incluindo a preparação operacional, formação especializada em matéria de luta contra o terrorismo e formação e educação nos domínios da proteção de civis e do cumprimento do direito internacional humanitário e dos direitos humanos.

O comando da missão EUTM Moçambique foi atribuído ao Vice-Almirante Hervé Bléjean, auxiliado pelo Brigadeiro-General do Exército Português Nuno Lemos Pires, Subdiretor-Geral de Política de Defesa Nacional, que dirigirá a missão no terreno enquanto comandante da força.



© BGEN Nuno Lemos Pires direitos reservados

A **Conferência Dez anos sobre a Diretiva Europeia Anti Tráfico e a nova Abordagem Estratégica contra o Tráfico de Seres Humanos (2021-2025)** realizou-se no dia 25 maio, no CCB e em formato híbrido. Organizada pelo MAI/Observatório do Tráfico de Seres Humanos e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, contou com a participação do Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e da Secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedrosa.

A Conferência contou com oradores nacionais e europeus de elevado prestígio, e com a participação de representantes de entidades europeias como a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu, do Instituto Europeu para a Igualdade de Género e do Eurostat. No âmbito da Conferência foi lançado publicamente o *“Protocolo para a definição de procedimentos de atuação destinado à Prevenção, Detecção e Proteção de crianças (presumíveis) vítimas de tráfico de seres humanos – Sistema de Referência Nacional”*.

Com o apoio da PPUE, nomeadamente da área governativa dos Negócios Estrangeiros, a NOVA School of Law organizou uma série de *webinars* intitulada **“Business, Human Rights and the Environment in Europe: Connecting the Dots”**. Ao longo de seis episódios

(um por cada mês da Presidência), responsáveis políticos, representantes dos parceiros sociais, académicos e outros especialistas reuniram-se para debater temas particularmente relevantes no quadro da agenda “Empresas e Direitos Humanos”, tendo em conta, nomeadamente, as evoluções de natureza regulatória que deverão ter lugar na União Europeia, num futuro próximo. Esta série contou com as intervenções do Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, João Torres, da Provedora-Adjunta, Teresa Anjinho, do autor dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, John Ruggie, e de Claire Bright, Fundadora e Diretora do Centro da Universidade Nova para Empresas, Direitos Humanos e Ambiente. Todos os episódios foram gravados, estando integralmente disponíveis no Youtube.

As [Conclusões sobre o impacto da pandemia da COVID-19 na segurança interna: ameaças, tendências, resiliência e ensinamentos retirados para a aplicação da lei na UE](#), adotadas pelo Conselho a 7 de junho, incentivam os Estados-membros, *inter alia*, a partilharem práticas sobre estratégias que melhorem os canais de informação das vítimas de crimes, como a violência doméstica e o abuso sexual, durante situações de bloqueio e de crise, recomendando também que desenvolvam e promovam campanhas de sensibilização dos seus cidadãos para prevenir o impacto das atividades de cibercriminalidade, bem como a desinformação e o discurso de ódio.

viii. Pena de Morte

Portugal foi, há mais de 150 anos, um dos primeiros países do mundo a abolir a pena de morte para crimes comuns.

No início de maio, a Representação Permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) organizou uma [Conferência Internacional sobre a Pena de Morte](#). Esta Conferência sinalizou o compromisso de longa data de Portugal para com a abolição universal da pena de morte, nomeadamente através da cooperação nos *fora* multilaterais, tal como sublinhado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, no discurso com que inaugurou o evento.

A Conferência contou ainda com a intervenção do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco André, do Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos, Eamon Gilmore, e da mais recente Comissária da Comissão Internacional contra a Pena de Morte, Marta Santos Pais.



Fonte: Página Representação Permanente de Portugal junto da OSCE

"Quer na nossa capacidade nacional, quer como Presidência rotativa do Conselho da União Europeia, eliminar a pena de morte é, para Portugal, de suma importância e continuamos ativamente empenhados na sua abolição universal"

Augusto Santos Silva, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

ix. Direitos das Mulheres

A igualdade de género foi uma prioridade da PPUE, assumida, desde cedo, na [Declaração do Trio sobre Igualdade de Género](#), adotada ainda durante o ano de 2020. A PPUE debruçou-se sobre os seguintes temas prioritários: 1) Assinalar os 10 anos da Convenção de Istambul com uma conferência de alto-nível; 2) Estudar o impacto socioeconómico da COVID-19 na igualdade de género; 3) A perspetiva de género do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Os direitos das mulheres e a igualdade de género, foram assim, uma questão transversal da PPUE, e, designadamente, nos esforços de recuperação da crise pandémica. Este objetivo produziu resultados tangíveis, desde os debates políticos de alto nível, à produção de novo conhecimento e ao avanço em

dossiês legislativos fundamentais. A perspetiva de género está considerada nos grandes marcos da PPUE, como o Compromisso Social do Porto, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e os programas do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

Ao nível do Conselho EPSCO, destaca-se a reunião informal, por VTC, de Ministros do Emprego e Política Social, sobre a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com um debate dedicado ao papel da igualdade de género como fator de recuperação da UE, assim priorizando o tema do impacto da COVID-19 na igualdade de género. Destacam-se também as duas reuniões formais do Conselho EPSCO (VTC e presencial), que contaram com debates sobre “igualdade, não discriminação e diversidade na UE” e a “Implementação da Estratégia sobre Igualdade LGBTIQ (2020 – 2025)”, assim priorizando o tema da proteção dos direitos das pessoas LGBTI e da diversidade.

A 14 de junho, foram adotadas as [Conclusões do Conselho sobre o impacto socioeconómico da COVID-19 na igualdade de género](#), tendo para o efeito sido solicitado ao Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) que produzisse o estudo "[Gender equality and the socio-economic impact of the COVID-19 pandemic](#)" e ao Comité Económico e Social Europeu (CESE) que produzisse o parecer sobre [Teletrabalho e igualdade de género – Condições para que o teletrabalho não agrave a repartição iníqua da prestação de cuidados e do trabalho doméstico não remunerados entre homens e mulheres e promova a igualdade de género](#).

Foram dados avanços em dossiês legislativos novos ou pendentes, desde o lançamento das negociações e o relatório de progresso sobre a diretiva de transparência salarial, à apresentação de uma nova proposta de compromisso e relatório de progresso da diretiva que aplica o princípio da igualdade de tratamento.

Dando continuidade à iniciativa promovida pela Presidência alemã, destaca-se ainda a mobilização do número mínimo necessário (14) de Estados-membro para desencadear os procedimentos que concretizam uma *helpline* europeia única para vítimas de

violência contra as mulheres e violência doméstica, incluindo, por iniciativa da PPUE, uma carta das/os Ministras/os para a Igualdade do Trio de Presidências aos Estados-membros, em junho de 2021, apelando à submissão das declarações de compromisso.

Em termos de iniciativas, em matéria de impactos socioeconómicos da COVID-19 na igualdade de género, foi organizado com o EIGE o seminário internacional “[Igualdade de género como fator de recuperação](#)”, a 5 de março, que visou a apresentação e discussão dos resultados da nota de pesquisa elaborada pelo EIGE para a PPUE sobre a igualdade de género e os impactos socioeconómicos da COVID-19, assinalando também o aniversário da Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025, e que contou com a Comissão Europeia, EIGE e especialistas; e o seminário “[Os Impactos socioeconómicos da COVID-19 - A Igualdade de género no centro da recuperação](#)”, a 8 de março, que contou com a Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, o EIGE, jornalistas e académicos/as. No âmbito da 65ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres, a PPUE realizou o tradicional encontro Ministerial da UE subordinado ao tema do impacto da COVID-19 na igualdade de género, e organizou, com a Comissão Europeia e o Lobby Europeu das Mulheres, o evento paralelo “[Gender Equality and Socio-Economic Consequences of the COVID-19 crisis. Building gender responsive emergency and recovery measures](#)”.

Em matéria de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, realizou-se a 6 de abril a [Conferência de Alto-Nível “10.º aniversário da assinatura da Convenção de Istambul. O Estado da Arte”](#), organizada pela PPUE, na qual participaram representantes do Parlamento Europeu, da Europol, do EIGE, além de representantes do GREVIO, do Lobby Europeu das Mulheres, académicas e jornalistas. O objetivo foi o de fazer o balanço de uma década da Convenção de Istambul, analisar os impactos da pandemia e, em particular, refletir sobre quais as medidas e ações concretas necessárias para garantir que os padrões da Convenção sejam alcançados, em consonância com a prioridade fundamental da UE de pôr fim a todas as formas de

violência contra as mulheres e raparigas e a nova Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025.

“(...) a Convenção de Istambul é o mapa para uma Europa onde todas as raparigas e mulheres se sintam seguras, onde estejam protegidas e onde possam prosseguir os caminhos que desejam”

Mariana Vieira da Silva, Ministra de Estado e da Presidência

Realizaram-se ainda três seminários que se debruçaram sobre formas de violência específicas, em linha com a Convenção de Istambul: o seminário “Práticas Saudáveis – Diálogos sobre Mutilação Genital Feminina”, a 5 de fevereiro; o seminário “#NamorarSemViolência”, a 12 de fevereiro, e o seminário “Violência sexual: a invisibilidade do fenómeno e o apoio especializado”, a 14 de abril.

A Conferência “A Sea of Equality” decorreu de forma virtual a 5 de maio. Organizada pelo Ministério do Mar, e integrada na PPUE, abordou a importância de reforçar o papel das mulheres no setor do mar, numa partilha de experiências de Portugal e de outros países europeus. A conferência contou com a participação nacional da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, e com a Diretora-Geral de Política do Mar, Helena Vieira. Para uma reflexão entre países europeus, a sessão contou ainda com a participação de Marie-Noelle Tiné-Dyèvre, do Cluster marítimo francês, de Yvonne Shields, da Irish Lights (Irlanda), de Pia Meling, da Massterly (Noruega), e de Irini Papanicolopulum, da Universidade de Degli Studi di Milano-Bicocca (Itália).

A 23 de junho realizou-se o Seminário Internacional “Promoção da Participação Plena das Mulheres em Operações de Paz”, que trouxe a Lisboa palestrantes para debater as barreiras que impedem as mulheres de aceder a diferentes posições em Missões de Paz. Tendo decorrido em formato presencial (CCB) e virtual, oradores e participantes apresentaram perspetivas da liderança, desafios do terreno e da academia, assim como as barreiras que impedem as mulheres de aceder a diferentes posições em missões e

operações de paz e discutiram como melhor compreender de que forma elas contribuem para a eficácia operacional das missões.



© Pedro Sá da Bandeira/Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021

“(...) não é apenas sobre contar mulheres, é sobre fazer as mulheres contar”

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

Tendo reunido várias personalidades da UE e da NATO, incluindo a Assessora de Género do Gabinete de Género e Diversidade do Serviço Europeu de Ação Externa, Charlotte Isaksson, e a Representante Especial do Secretário-Geral da NATO para a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, Clare Hutchinson, o seminário concentrou-se ainda na forma como estas instituições podem dar o exemplo, garantindo a participação plena, igualitária e significativa, e a liderança das mulheres em todas as missões e operações lideradas por aquelas duas organizações.

Destacando o evento como mais uma “oportunidade para reforçar o diálogo” sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança entre UE e NATO, o Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, defendeu, durante a sessão de abertura, que para “superar a recorrente falta de participação de mulheres nos processos de decisão”, é necessário “um compromisso a longo prazo e passos arrojados nos níveis mais elevados de poder”.

O Ministro referiu ainda que o reforço da liderança por mulheres nas operações de paz e a sua participação substancial e efetiva são “um dever moral” e uma contribuição significativa para a melhoria das missões. Realçou também a importância da igualdade e da diversidade como “elementos essenciais” na promoção de “sociedades justas, responsáveis, credíveis e prósperas” e afirmou que “todos sem exceção” devem ter as mesmas oportunidades e o mesmo acesso ao poder, “baseado nos direitos humanos e na democracia”.

No encerramento do Seminário, a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, lembrou que, defender um papel mais interveniente e pleno para as mulheres nas operações e missões de paz, “é não só o mais acertado a fazer como também o mais inteligente”.



© https://twitter.com/politica_defesa/status/1407727494028005377/photo/1

A **Exposição “Tudo o que eu quero” – Artistas Portuguesas de 1900 a 2020**, incluída no Programa Cultural da PPUE é uma iniciativa da área governativa da Cultura, com produção executiva e projeto curatorial da Fundação Calouste Gulbenkian. A exposição reuniu duas centenas de obras, de 40 artistas portuguesas, produzidas entre o início do século XX e os nossos dias, dando corpo ao objetivo de aumentar a visibilidade e promover uma representação igualitária das mulheres no setor cultural e artístico que durante séculos estiveram pouco representadas nomeadamente nas artes plásticas.

O título da exposição foi inspirado por uma das figuras mais notáveis no campo da reimaginação do lugar das mulheres no espaço social, intelectual, sexual e amoroso dos últimos séculos: Lou Andreas-Salomé, assim situando o lugar das artistas selecionadas no espírito de sutileza, de afirmação e de poder.

Estão representadas artistas de referência como Maria Helena Vieira da Silva, Lourdes Castro, Paula Rego, Ana Vieira, Salette Tavares, Helena Almeida, Joana Vasconcelos, Maria José Oliveira, Fernanda Fragateiro, Sónia Almeida e Grada Kilomba, entre muitas outras. A exposição está disponível [online](#) e, em 2022, será apresentada no Centre de Création Contemporaine Olivier Debré, em Tours, integrada no programa geral da Temporada Cruzada Portugal-França.

x. Direitos da Criança

A [Recomendação que estabelece uma Garantia Europeia para as Crianças](#), adotada pelo Conselho, a 14 de junho, visa prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso das crianças carenciadas a um conjunto básico de serviços nas áreas da educação, saúde, alimentação e habitação, e assim o reforço dos seus direitos através do combate à pobreza e do reforço da igualdade de oportunidades. A Recomendação pretende também ajudar a mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 que vieram exacerbar as desigualdades existentes. A Garantia Europeia deverá contribuir para a concretização da meta de redução do número de crianças que se encontra em risco de pobreza e exclusão social na UE.

xi. Direitos dos Jovens

No domínio da juventude, dando conta em primeiro lugar, do trabalho já alcançado, mas ainda por finalizar em torno do Corpo Europeu de Solidariedade, atribuiu-se grande importância à participação dos jovens nos processos de tomada de decisão, também fazendo face ao impacto muito negativo da pandemia da COVID-19 sobre o setor, em particular no que diz respeito à educação, ao emprego, à mobilidade, aos programas e

atividades destinados aos jovens, ao acesso dos jovens aos serviços, ao seu bem-estar geral e à participação dos jovens nos processos de tomada de decisão. Foi ainda concedida particular atenção às políticas de juventude baseadas nos direitos humanos, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 (“Espaço e Participação para Todos”).

A 17 e 18 de maio de 2021, em Bruxelas, decorreu a **Reunião do Conselho de Educação, Juventude, Cultura e Desporto**, na qual se debateu o reforço da governação multinível ao promover a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão através da adoção das **Conclusões do Conselho sobre o reforço da governação multinível ao promover a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão..**

Entre os dias 12 e 15 de março, realizou-se a **Conferência da Juventude da União Europeia** e **Hackathon 48 horas Solve the Gap**, em Vila Nova de Gaia, em formato híbrido, numa organização conjunta do Ministério de Educação e do Conselho Nacional de Juventude (CNJ), com a participação do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Sob o lema «*Juventude para a Europa, Europa para a Juventude: Espaço para Democracia e Participação*», cerca de 150 delegados jovens e ministeriais, bem como representantes de instituições europeias do setor da juventude, trabalharam durante quatro dias em sete grupos de trabalho, no sentido de propor medidas e ações concretas para atingir as metas do Objetivo Europeu para a Juventude n.º 9 Espaço e participação para todos.

O *Hackathon Digital* de 48 Horas SOLVE THE GAP foi realizado com o objetivo de estimular a adoção de ferramentas digitais para aproximação dos jovens aos decisores políticos. Tratou-se de um evento satélite da Conferência de Juventude da UE e decorreu inteiramente online na plataforma portuguesa de inovação e *hackathons* digitais *Taikai*, tendo os trabalhos sido coordenados a partir de Vila Nova de Gaia. Durante 48 horas, jovens inovadores e empreendedores de toda a Europa competiram para ganhar um

prémio de 10.000 euros e desenvolverem uma ferramenta digital de participação juvenil.

Entre 15 e 16 de março, decorreu a **Reunião Informal de Diretores Gerais da Juventude**, em Vila Nova de Gaia, em formato digital, momento que serviu para refletir sobre os direitos dos jovens e sobre a Agenda Europeia de Trabalho com Jovens. Do debate destacou-se a necessidade de desenvolver iniciativas de âmbito nacional, regional e local em áreas como: informação aos jovens; participação e envolvimento; trabalho e empregos decentes; aprendizagem não formal e informal; educação e formação; bem-estar e saúde mental; habitação; liberdade e segurança.

Nos dias 22 e 23 de junho, realizou-se uma **Atividade de Aprendizagem entre Pares "Uma abordagem das políticas de juventude baseada em direitos"** em Lisboa, formato híbrido, em cooperação com o Fórum Europeu de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, com o apoio da ECORYS. Esta Atividade de Aprendizagem entre Pares pretendeu reunir representantes de Estados-membros, jovens, académicos e atores-chave no domínio da juventude para uma troca de ideias de modo a repensar as políticas de juventude com uma abordagem baseada em direitos.

xii. Direitos das Pessoas Idosas

As **Conclusões sobre a integração do envelhecimento nas políticas públicas**, adotadas pelo Conselho a 12 de março, convidam os Estados-membros a elaborarem um quadro estratégico nacional para a integração do envelhecimento nas políticas públicas para que as pessoas idosas de toda a UE possam realizar os seus direitos humanos e realizar todo o seu potencial.

xiii. Direitos das Pessoas com Deficiência

As **Conclusões do Conselho sobre a Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030**, adotadas a 14 de junho, endossam a Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030 e convidam os Estados-

membros a continuarem a desenvolver e a atualizar as estratégias e políticas para implementar a Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas com Deficiência a nível nacional, regional e local; garantir a transposição e implementação eficaz e coerente da legislação da UE sobre a acessibilidade de produtos, serviços, meios de comunicação, transportes e edifícios; promover o desenvolvimento de serviços sociais de base comunitária centrados na pessoa e uma vida independente; promover a participação na vida política e pública.

A **Conferência de Alto Nível sobre a "Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030 - desafios para a próxima década"**, realizada a 19 e 20 de abril, em formato de videoconferência, teve por base a nova Estratégia Europeia e visou promover um debate em torno de domínios essenciais que afetam o quotidiano das pessoas com deficiência como a acessibilidade, a vida independente, a desinstitucionalização, os serviços sociais baseados na comunidade e centrados na pessoa, o emprego e a educação inclusiva. O evento contou com a participação de decisores políticos, instituições europeias, entidades representativas das pessoas com deficiência, parceiros sociais, sociedade civil, pessoas com deficiência e outros atores de relevo, entre os quais se destaca o Primeiro-Ministro, António Costa, a Comissária Europeia para a Igualdade, Helena Dalli, a Vice-Presidente da Comissão de Emprego do Parlamento Europeu, Katrin Langensiepen, o Presidente do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, Ioannis Vardakastanis, a Diretora do Departamento das Condições de Trabalho e da Igualdade da OIT, Manuela Tomei, e a Presidente do Comité das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência, Rosemary Kayess. A Conferência foi presidida pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

O **Fórum ITU - CE "Accessible Europe: ICTs 4 ALL – 2021"**, coorganizado pela Comissão Europeia, a União Internacional de Telecomunicações (*International Telecommunication Union*) e a PPUE, realiza-se anualmente desde 2018 e pretende promover e garantir a inclusão digital de todos os cidadãos europeus, nomeadamente das pessoas com

necessidades especiais. O tema de 2021 foi: *“ICT Accessibility: The Key to Inclusive Communications”*. A abertura do evento, no dia 23 de março de 2021, contou com a presença da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, e, no segundo dia da sua realização (24 de março), com intervenções da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa, Maria de Fátima Fonseca, e da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, a partir do CCB. O Fórum realizou-se em formato virtual, entre 23 e 25 de março, e contou com a presença de 50 oradores e moderadores, 240 inscritos e 1300 seguidores em *streaming*, o que representou um reconhecido recorde de audiência. Constituíram igualmente um sucesso as sessões de informação e consciencialização para as temáticas da inclusão e da acessibilidade das TIC, bem como os momentos de debate e partilha de experiência, com a participação dos principais *stakeholders* ao nível nacional e internacional, nomeadamente governantes, decisores, peritos e sociedade civil.

“Havendo mais de mil milhões de pessoas que vivem com deficiência, 80% das quais em países em via de desenvolvimento, a agenda europeia não pode ignorar as matérias da acessibilidade e da inclusão social.”

Alexandra Leitão, Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública

xiv. Direitos das Pessoas em Situação de Sem-abrigo
A **Conferência de Alto-Nível de lançamento da Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo**, realizada em Lisboa, a 21 de junho, no contexto de implementação do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, para debater os problemas e as soluções de combate ao fenómeno de exclusão social que envolve as pessoas em situação de sem-abrigo. Os Estados-membros, as instituições europeias, os parceiros sociais e a sociedade civil assinaram a **Declaração de Lisboa** que define um caminho para os 27 Estados-membros da UE percorrerem até 2030, comprometendo-se a adotar um conjunto de princípios para combater o fenómeno, nomeadamente: i) _____ que ninguém tenha de viver na rua por falta de alojamento de emergência acessível,

seguro e adequado; ii) que ninguém tenha de viver num alojamento de emergência ou de transição mais tempo do que o necessário para uma evolução bem-sucedida; iii) que ninguém saia de nenhuma instituição (seja ela prisão, hospital ou centro de cuidados) sem uma oferta de alojamento adequado; iv) que ninguém seja despejado sem receber assistência para uma solução de alojamento adequado, quando necessário; v) que ninguém seja discriminado devido ao seu estatuto de sem-abrigo. O evento foi presidido pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e pelo Comissário para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, assim como de outros representantes de organizações europeias, nacionais, sociedade civil e parceiros sociais.

xv. Direitos dos Adultos Vulneráveis

No seguimento das prioridades definidas para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, e em particular no que concerne às prioridades da responsabilidade da área governativa da Justiça, o Ministério da Justiça, com o apoio da Comissão Europeia e da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), organizou no dia 30 de março de 2021, em formato virtual, uma **Conferência de Alto Nível subordinada ao tema "A Proteção de Adultos Vulneráveis na Europa - o Caminho a Seguir"**.



©2021portugal.eu

Na sequência desta Conferência, bem como da discussão havida no Conselho Informal de Ministros da Justiça, que teve lugar no dia 29 de janeiro de 2021, foi possível alcançar acordo quanto à adoção de **Conclusões do Conselho sobre a proteção de adultos vulneráveis em toda a União Europeia**, no Conselho Justiça e Assuntos Internos, formação Justiça, de 7 de junho 2021.

Em traços muito gerais, nestas conclusões, o Conselho convida os Estados-membros a utilizarem as oportunidades de financiamento disponíveis a partir do orçamento da UE para desenvolverem ações relacionadas com a defesa e a promoção dos direitos dos adultos vulneráveis, nomeadamente no domínio da literacia. Convida-os igualmente a promoverem uma maior sensibilização para a Convenção da Haia de 2000 sobre a Proteção Internacional dos Adultos e a avançarem com os procedimentos para a sua ratificação ou fazerem avançar as consultas sobre uma eventual adesão. O Conselho convida os Estados-membros a assegurarem a plena aplicação da legislação em vigor no domínio do direito penal. Convida-os a reforçarem a utilização de mecanismos transfronteiras de proteção das vítimas e a assegurarem que os adultos vulneráveis, quer sejam suspeitos, arguidos ou vítimas, sejam devidamente identificados, de modo a poderem exercer plenamente os seus direitos.

xvi. Direitos das Pessoas LGBTI

Para assinalar o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia (IDAHOT), foi organizado com a Comissão Europeia o webinar **“Together with LGBTI persons: paces, challenges and dialogues”** com o objetivo de dar enfoque às necessidades e aos direitos das pessoas LGBTI, salientando a relevância do IDAHOT e reafirmando o compromisso no combate à discriminação e à violência em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Este *webinar* foi um fórum privilegiado que juntou instituições europeias, Estados-membros, academia e organizações da sociedade civil para discutir e refletir sobre a importância do trabalho em conjunto entre os vários atores, públicos e privados, que defendem e protegem os

direitos LGBTI no terreno, e como estas sinergias podem produzir resultados consistentes nas várias áreas.

